



APROVADA

ATA DO PLENO ORDINÁRIO DO DIA 11 DE OUTUBRO DE 2022

1
2
3
4
5
6 No décimo primeiro dia do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e dois, às 9h15, é
7 declarado aberto por existência de quórum, o Pleno Ordinário do Conselho Municipal de
8 Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente do Recife - COMDICA, de
9 forma híbrida, respeitando o distanciamento social provocado pela pandemia do
10 Coronavírus/Covid-19, presidido por Romero José da Silva, que coloca para deliberação os
11 seguintes itens da pauta: **APROVAÇÃO DAS ATAS; APRESENTAÇÃO DO PARECER**
12 **DA CAPACITAÇÃO DOS CONSELHEIROS(AS) TUTELARES DO RECIFE;**
13 **DEMANDAS DA COMISSÃO DAS CONFERÊNCIAS LÚDICA E MAGNA**
14 **(APRESENTAÇÃO E APROVAÇÃO DA CONVOCATÓRIA); DEMANDAS DA**
15 **COMISSÃO SOCIOPEDAGÓGICA (REGISTRO DE ENTIDADES – CASA DO**
16 **BERNARDO, INSCRIÇÃO DE CURSOS E PROGRAMA – O PEQUENO NAZARENO**
17 **E ESPRO E, POR FIM, LEITURA DO OFÍCIO INSTITUTO ENSINAR DE**
18 **DESENVOLVIMENTO SOCIAL (IEDES); DEMANDAS DA COMISSÃO JURÍDICA**
19 **(DELIBERAÇÃO SOBRE APROVAÇÃO DA LEI DO COMDICA E FMCA –**
20 **MARCAR PLENO EXTRA NO DIA 20/11/2022); DEMANDAS DA COMISSÃO DE**
21 **POLÍTICAS PÚBLICAS (CRONOGRAMA DA AVALIAÇÃO DOS PLANOS**
22 **MUNICIPAIS, ACOLHIMENTO FAMILIAR, PROTEÇÃO AOS AMEAÇADOS E**
23 **DÉFICIT DE VAGAS E EVASÃO ESCOLAR); DEMANDAS DO COMITÊ DE**
24 **GESTÃO COLEGIADA DA REDE DE CUIDADOS E PROTEÇÃO SOCIAL DAS**
25 **CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS OU TESTEMUNHAS DE VIOLÊNCIA**
26 **(PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS MP); DEMANDAS DA COMISSÃO DE**
27 **SELEÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO (APRESENTAÇÃO DO**
28 **RESULTADO DOS PROJETOS APÓS AVALIAÇÃO EXTERNA DO EDITAL DE**
29 **CAPTAÇÃO DE RECURSOS); FUSÃO E RECOMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES**
30 **PERMANENTES E TEMÁTICAS E AUSÊNCIA DE QUÓRUM; INFORMES GERAIS.**
31 *Participam do pleno na condição de conselheiras(os): Romero José da Silva (Gabinete de*
32 *Assessoria Jurídica às Organizações Populares – GAJOP); Maria de Lourdes de Sousa (Casa*
33 *Menina Mulher); Maria do Socorro da Conceição Moura Pessoa (Secretaria de Finanças);*
34 *Germana Bezerra Suassuna (Secretaria de Saúde); Wellington Bezerra Pastor e Marcos*
35 *Mucarbel Júnior (Secretaria de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos Juventude e*
36 *Políticas sobre Drogas); Rossana Tenório Cavalcanti (Secretaria de Educação); Amanda*
37 *Carolina Oliveira (Fundação Fé e Alegria); Juliana Accioly Martins Nascimento e Manuela*
38 *Soler de Lima (Centro Dom Helder Câmara de Estudo e Ação Social-CENDHEC); Hemi*
39 *Monique Vilas Boas de Andrade (Centro de Integração Empresa Escola de Pernambuco -*
40 *CIEE); Barbara Elias de Souza Cabral (Escola Dom Bosco); Anderson Silva, representante da*
41 *Escola de Conselhos de Pernambuco; conselheiro tutelar André Torres; demais membros da*
42 *sociedade civil e, ainda, os(as) técnicos(as) do COMDICA, Ieda Accioly, Aurely Macedo,*
43 *Liliam Tomaz e Roberta Sartori (Sociopedagógico); Carlos Silva e Fabiana Cabral (Prestação*
44 *de Contas); Thayná Lira e Simone Maria (Financeiro); Angélica Oliveira de Araújo e Gilmar*
45 *Raimundo (Comunicação), por fim, a secretária executiva Simone Melo. O presidente Romero*
46 *inicia o pleno agradecendo a presença de todas(os) e informa a ordem do dia. O presidente*



47 **submete para deliberação do colegiado a aprovação da ata do pleno ordinário do dia 03**
48 **de maio do corrente ano. Aprovada pelo colegiado. O presidente segue com a aprovação**
49 **da ata do pleno extraordinário do dia 13 de setembro de 2022. Aprovada pelo colegiado.**
50 Após aprovação das atas, o presidente solicita que o coordenador pedagógico da Escola de
51 Conselhos de Pernambuco, Anderson Silva, apresente o parecer final da primeira etapa do
52 Curso de Extensão: Rede de Proteção da Criança e do Adolescente e Fluxo de Atendimento
53 para os membros dos conselhos tutelares do Recife e equipes técnicas promovida pelo
54 COMDICA. Anderson explica que os alunos foram divididos em duas turmas para não
55 atrapalhar o funcionamento do dia-a-dia dos conselhos tutelares, que as aulas foram
56 ministradas em dois ciclos de formação e agregadas em um dia da semana com carga horária
57 de seis horas. Entre os assuntos abordados estão os seguintes: Família, Comunidade e
58 Acolhimento Institucional; Direitos Reprodutivos e Violências Sexuais Praticadas contra
59 Crianças e Adolescentes; Gravidez na Adolescência e Saúde Pública; Atuação
60 Interinstitucional do Conselho Tutelar; Acolhimento Institucional e Conselho Tutelar com a
61 participação do Instituto Mulher/Programa Atitude e, por fim, Conhecendo a Nossa Rede de
62 Proteção. Ele explica que a metodologia da Escola de Conselhos de Pernambuco é baseada em
63 pontos de partida que, resumidamente, são perguntas norteadoras que fundamentam e
64 instrumentalizam o desenvolvimento das aulas. O mesmo diz que foram feitas perguntas que
65 abordaram as questões de diversidade de gênero na infância na Rede de Proteção (discorda
66 16%, nunca ouviu falar 3%, concorda 81%), respeito ao estado laico (concorda 100%), respeito
67 as diferentes religiosidades (concorda 100%), direitos sexuais e reprodutivos (discorda 16,7%,
68 nunca ouviu falar 7,8%, concorda 75,5%), entrega responsável para criança em adoção
69 (concorda 100%), aborto legal (discorda 3%, concorda 97%), união homoafetiva (discorda 5%,
70 concorda 95%), debate de gênero na escola (discorda 8%, concorda 92%). Com relação a
71 certificação da primeira etapa do curso, o coordenador explica que a escola recebeu 68
72 inscrições, mas que foram aprovadas apenas 53 pessoas, o que representa 78% de taxa de
73 aprovação. Foram distribuídos 11 certificados para funcionários(as) das casas de acolhimento,
74 01 certificado para representante de equipe técnica e 41 para membros dos conselhos tutelares,
75 afirma Anderson. O coordenador informa que a avaliação do curso pelos participantes foi
76 bastante positiva, em especial, pela participação dos profissionais das casas de acolhimento.
77 Para finalizar, o coordenador pedagógico informa que os(as) participantes sugeriram a
78 abordagem de alguns temas para as próximas formações, entre eles, droga e gravidez na
79 adolescência; trabalho infantil; realização do trabalho das instituições de acolhimento; aborto e
80 diversidade de gênero; diversidade, racismo e homofobia nos espaços de acolhimento; evasão
81 escolar e fluxo da educação e, por fim, relacionamento interpessoal com os diversos atores do
82 Sistema de Garantia de Direitos. A técnica Angélica pede a palavra e coloca que o COMDICA
83 recebeu um ofício do Ministério Público, assinado pela promotora Jacqueline Guilherme
84 Aymar Elihimas, datado de 30 de setembro do corrente ano, solicitando o resultado do pleno
85 ordinário que discutiu o relatório final do curso de capacitação dos conselheiros tutelares,
86 acompanhado de documento que conste os temas que serão abordados na segunda etapa de
87 formação dos conselheiros tutelares, a ser realizado nos dias 16, 17, 22 e 23 de novembro do
88 corrente ano. Assim, é necessário que o colegiado discuta, dentre os temas apresentados, quais
89 são as prioridades para a segunda etapa do curso de formação. O coordenador Anderson
90 apresenta, como sugestão de temática a ser trabalhada na segunda etapa da formação, novas
91 leis; questões relacionadas a orçamento público; políticas públicas e orçamento da criança e do
92 adolescente e, por fim, desafios da rede de proteção para o enfrentamento da exploração do



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, DIREITOS HUMANOS, JUVENTUDE E POLÍTICAS SOBRE DROGAS

93 trabalho infantil. A conselheira Juliana coloca da necessidade de abordar as novas atribuições
94 dos conselhos tutelares a partir da Lei Henry Borel. Ela afirma que há bastante dificuldade na
95 fase de implementação da referida lei por parte da DPCA, das varas de crimes, entre outros. De
96 uma forma geral, os membros dos conselhos tutelares estão alheios a lei e, sobretudo, a
97 implementação dela, afirma Juliana. Ela diz também que existem vários mecanismos novos da
98 lei que possibilitam autonomia aos conselhos tutelares na defesa de crianças e adolescentes
99 vítimas de violência doméstica e sexual. O conselheiro tutelar, André Torres, concorda com a
100 inclusão da Lei Henry Borel no próximo processo de formação. Ele informa que o
101 desconhecimento é geral até por parte das polícias. O conselheiro tutelar sugere ainda que o
102 curso traga aulas referentes ao Programa de Proteção à Vida de Crianças e Adolescentes
103 Ameaçados de Morte. A conselheira Rossana concorda com os dois temas apresentados por
104 Juliana e André Torres. Rossana afirma que é preciso trabalhar um pouco mais a questão da
105 escuta especializada. É preciso deixar claro quem é o responsável por fazer a escuta
106 especializada, lembra a conselheira. A representante da Santa Casa de Misericórdia,
107 Alessandra, afirma que é importante abordar o uso da tecnologia na saúde mental das crianças.
108 Ela coloca que é uma demanda presente no cotidiano das crianças atendidas pela Casa. Ela
109 sugere ainda os temas de violência doméstica e acesso aos serviços especializados (psicologia,
110 fonoaudiologia, entre outros) voltados para o público infantojuvenil. A conselheira Germana
111 concorda com o tema da saúde mental e afirma, no *chat*, que existe uma demanda de crianças e
112 adolescentes em sofrimento psíquico. O presidente recomenda que todos os temas sugeridos no
113 debate e no *chat* sejam encaminhados para o Sociopedagógico, visando uma definição de
114 prioridades demandas pelos conselheiros(as), para depois socializar com o colegiado. A
115 conselheira Lourdinha sugere passar também pela Comissão de Políticas Públicas. A
116 conselheira Juliana coloca que o Sociopedagógico pode provocar as outras comissões sobre os
117 temas. A secretária executiva Simone afirma que a capacitação é continuada e pode ser feita
118 por partes. Ela lembra que o final de ano está bem cheio de atividades no que tange a
119 organização das conferências lúdica e municipal, por parte do COMDICA e, ainda, a Copa do
120 Mundo. É preciso fechar o ciclo dos temas que serão trabalhados e propor um novo momento
121 em 2023, diz Simone. A mesma afirma que é preciso rever as datas. O presidente Romero diz
122 que uma coisa é promover a formação sendo impulsionado pelo Ministério Público e a outra
123 coisa consiste na previsão legal sobre a manutenção da formação dos conselhos tutelares. Não
124 é responsabilidade do Fundo Municipal, fala Romero. Ele informa que o Parágrafo Único do
125 Artigo 134 do Estatuto da Criança e do Adolescente define que a responsabilidade da formação
126 continuada é do Poder Executivo Municipal que deverá prever os recursos necessários ao
127 funcionamento dos conselhos tutelares e a remuneração e formação continuada dos conselhos
128 tutelares. O presidente afirma que o colegiado precisa, sim, definir uma política em âmbito
129 municipal. Dito isto, o presidente solicita a discussão do próximo item da pauta. A técnica
130 Roberta informa que a Comissão das Conferências se reuniu, deliberou e aprovou a
131 Convocatória das Conferências Municipais da Criança e do Adolescente. Ela comunica que as
132 conferências acontecem no Recife Praia Hotel, de 09 a 11 de novembro do corrente ano, e que
133 todo o material de divulgação foi aprovado em comissão e está sendo produzido. Estamos
134 aguardando apenas o Documento Orientador do CEDCA-PE para a indicação do número de
135 delegados(as) e andamento do Regimento Interno, esclarece Roberta. A mesma informa que na
136 próxima quinta-feira, 13, às 14h, será realizada nova reunião para preparação das crianças e
137 adolescentes que compõem a comissão. Roberta solicita que o presidente encaminhe o
138 documento ao pleno para aprovação. Em regime de votação, o presidente submete para



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, DIREITOS HUMANOS, JUVENTUDE E POLÍTICAS SOBRE DROGAS

139 aprovação do pleno a Convocatória das Conferências Municipais da Criança e do Adolescente
140 do Recife. **O colegiado aprova a Convocatória das Conferências Municipais da Criança e**
141 **do Adolescente do Recife (11ª Conferência Municipal da Criança e do Adolescente da**
142 **Cidade do Recife e 9ª Conferência Lúdica da Criança e do Adolescente) e encaminha**
143 **para publicação no Diário Oficial.** Dito isto, o presidente solicita que a pauta siga com as
144 demandas da Comissão Sociopedagógica. A técnica Liliam apresenta a solicitação de registro
145 da Casa da Comunidade do Berardo (RPA 04), cujo eixo de atuação é Orientação e Apoio
146 Socioeducativo em Meio Aberto. O parecer técnico aponta para o registro da instituição. O
147 parecer da Comissão Sociopedagógica recomenda a adequação dos projetos *Meus Corres* e
148 *Cognitivo Infantil*, com base na resolução nº 001/2016. **Em regime de votação, o presidente**
149 **submete para aprovação do pleno o registro da Casa da Comunidade do Berardo.**
150 **Aprovado por unanimidade.** A técnica Liliam apresenta a inscrição dos cursos de auxiliar
151 administrativo e operador de comércio em lojas e mercados da Associação Beneficente o
152 Pequeno Nazareno (RPA 01). O parecer técnico é favorável. O parecer da Comissão
153 Sociopedagógica informa que a proposta lançada está consonante com a resolução nº 001/2016
154 do COMDICA e que a parte pedagógica está de acordo com o que rege a legislação da
155 socioaprendizagem. **Em regime de votação, o presidente submete para aprovação do pleno**
156 **a inscrição dos cursos de auxiliar administrativo (CBO nº 4110-05) e operador de**
157 **comércio em lojas e mercados (CBO nº 5211-10) da Associação Beneficente o Pequeno**
158 **Nazareno. Aprovado por unanimidade.** A técnica Liliam apresenta a inscrição dos curso de
159 Estratégias para Gestão, Serviços e Economia e Arco da Administração de programa de
160 aprendizagem da Associação de Ensino Profissionalizante - ESPRO (RPA 01). O parecer
161 técnico recomenda a análise documental da proposta enviada e encaminha para avaliação da
162 comissão. O parecer da Comissão Sociopedagógica informa que a proposta lançada não está
163 consonante com a Resolução nº 001/2016 do COMDICA e a equipe técnica deste conselho não
164 tem como realizar o acompanhamento virtual, não tendo condições de monitorar o curso,
165 comprometendo, assim, a logística da ação. A técnica informa que segundo o inciso 4º, do
166 Artigo 318, da Portaria do MT nº 671/2021, compete à Subsecretaria de Capital Humano
167 "*autorizar a execução de cursos de aprendizagem profissional na modalidade à distância*". A
168 conselheira Hemi esclarece que na Resolução nº 001/2016 do COMDICA não há nenhum
169 artigo que proíba a modalidade à distância e cita os artigos 354 e 355 da portaria citada para
170 justificar sua defesa. Ela diz que fica em dúvida se a instituição está de acordo com os
171 requisitos apresentados pela portaria. Ela coloca ainda que sugeriu uma consulta a Simone
172 Brasil (MT) sobre a questão. Ela aconselha que o pleno não vote agora e que remeta o assunto,
173 mais uma vez, a comissão para uma análise mais criteriosa. A secretária executiva Simone
174 lembra da importância da construção de uma Resolução de Aprendizagem. A conselheira
175 Lourdinha propõe uma pauta mais política na Comissão Sociopedagógica. A questão da
176 aprendizagem teve início, mas não foi concluída, diz a conselheira. Ela solicita que a comissão
177 otimize o tempo com reuniões mais robustas, disponibilizando documentos e leis. A
178 conselheira Lourdinha recomenda um contato com a instituição para esclarecimentos e sugere
179 vista. O presidente acredita que não cabe o pedido de vista porque o assunto fala mais da
180 incapacidade do COMDICA nas suas questões normativas. A legislação existe, mas o conselho
181 não acompanhou, diz o presidente. O mesmo acrescenta que é preciso criar normativas para
182 que a instituição continue atendendo e não prejudique os adolescentes. O presidente concorda
183 com o encaminhamento dado pela conselheira Hemi. Segundo ele é necessário voltar a questão
184 para a comissão fundamentar tecnicamente. O mesmo recomenda devolver a pauta para a



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, DIREITOS HUMANOS, JUVENTUDE E POLÍTICAS SOBRE DROGAS

185 instituição subsidiar tecnicamente o COMDICA. Dito isto, o presidente solicita que a técnica
186 Roberta faça a apresentação da questão do IEDES. Roberta coloca que o Instituto Ensinar de
187 Desenvolvimento Social (IEDES) foi registrado no conselho em 2020 e que, até então, por
188 conta da pandemia, não foi feita nenhuma visita à instituição. No dia 20 de setembro do
189 corrente ano, Roberta informa que programou uma visita de monitoramento à instituição e que
190 quando chegou no endereço informado, encontrou as portas fechadas. Após inúmeras tentativas
191 de contato, a técnica coloca que recebeu a informação de que a entidade está encerrando as
192 atividades no Recife. Roberta afirma que, assim, orientou que o instituto enviasse um
193 comunicado ao COMDICA oficializando o encerramento das atividades na cidade. No dia 22
194 de setembro do corrente ano, conforme solicitado, o ofício chegou ao COMDICA, diz Roberta.
195 Dito isto, Roberta faz a leitura do documento. O presidente Romero alerta que a partir de agora
196 a Cidade do Recife não tem mais o Programa Mais Vida enquanto estratégia de retaguarda para
197 crianças e adolescentes que estão em situação de ameaça de morte, esperando a avaliação do
198 Programa de Proteção à Criança e ao Adolescente Ameaçados de Morte (PPCAAM). O
199 presidente sugere que o ofício seja enviado para a Comissão de Políticas Públicas para os
200 encaminhamentos necessários. Ele lembra que o IEDES só foi registrado no conselho depois
201 da parceria firmada com o executivo municipal para execução do Mais Vida, quando o trâmite
202 correto é fazer o registro primeiro. O conselho precisa ser entendido como um órgão que
203 delibera a infância e adolescência senão não faz sentido, coloca Romero. O conselheiro
204 Wellington diz acreditar que é preciso notificar a instituição para saber de fato o que aconteceu
205 com o IEDES. É muito grave o encerramento de um convênio onde há repasses de recursos,
206 sem que o conselho consiga fazer o mínimo de controle, afirma o conselheiro. A secretária
207 executiva Simone coloca que duas instituições executam o Mais Vida e que o IEDES não tinha
208 registro no conselho devido a localização da sede no município de Olinda. Simone lembra que
209 o conselho precisa deliberar sobre o registro da entidade para publicação no Diário Oficial. Ela
210 afirma que são duas questões distintas: execução do Programa Mais Vida e registro ativo da
211 instituição. O presidente sugere que, mesmo diante do ofício encaminhado, o conselho consulte
212 a instituição para saber sobre o encerramento das atividades no Recife para que o COMDICA
213 não seja acusado, posteriormente, de retirada de registro à revelia. A conselheira Lourdinha
214 recomenda uma consulta ao município sobre a execução do Programa Mais Vida. O presidente
215 afirma o que está por trás da discussão não é a forma como o IEDES conduz os seus processos
216 internos e, sim, o reconhecimento da Prefeitura do Recife com relação ao papel do COMDICA.
217 É importante que o conselho acompanhe os processos, diz Romero. Dito isto, o presidente
218 Romero solicita que a pauta siga com a demanda da Comissão Jurídica. O mesmo afirma que já
219 existem dois produtos desta comissão: Lei do COMDICA e Lei do FMCA. A ideia é que se
220 submeta os produtos a aprovação do colegiado. **A sugestão da coordenação é realizar um**
221 **pleno extraordinário no dia 22 de novembro do corrente ano para deliberação.**
222 **Aprovado.** Dito isto, o presidente Romero coloca que o espaço do conselho é para a discussão
223 da Política. Ele lembra que o tempo é curto até dezembro, mas que a coordenação coloca da
224 necessidade de deliberação sobre alguns temas relevantes. O primeiro é a priorização do
225 Programa de Acolhimento Familiar que foi lançado pela prefeitura, mas que não passou pelo
226 COMDICA; o segundo assunto da política a ser debatido é a Proteção à Vida em virtude do
227 número grande de assassinatos de crianças e adolescentes na Cidade do Recife; o terceiro
228 ponto é discutir o *déficit* de vagas na Rede Municipal de Ensino, diz Romero. A conselheira
229 Lourdinha afirma que o primeiro ponto importante é agendar uma reunião com a secretária Ana
230 Rita Suassuna. As respostas para todas as questões levantadas precisam ser dadas pelos(as)



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, DIREITOS HUMANOS, JUVENTUDE E POLÍTICAS SOBRE DROGAS

231 secretários(as) das pastas, diz Lourdinha. O conselheiro Wellington afirma que este é o
232 momento de convidar os(as) secretários(as) para os esclarecimentos necessários. Ele concorda
233 com Romero no que tange a necessidade de discutir a Política nos plenos. A conselheira
234 Juliana questiona se será eficaz o convite para que os(as) secretários(as) esclareçam todas as
235 questões levantadas. É preciso pensar outras estratégias e é necessário, ainda, implicar os
236 gestores quanto da tomada de decisões sem passar pelo controle previsto em lei, afirma a
237 conselheira. O presidente coloca que tem uma hora que a autonomia do conselho precisa
238 ganhar forma, independente do retorno que está vindo do Executivo. O conselho precisa
239 cumprir o seu papel institucional, fala Romero. A secretária executiva Simone registra que a
240 inscrição do Programa Mais Vida foi aprovada em setembro de 2020 e a execução do programa
241 realizada pelas instituições Instituto Ensinar de Desenvolvimento Social (IEDES) e Instituto
242 Diversidade Gênero e Educação (IDGE). A técnica Liliam afirma que o cronograma de
243 avaliações dos planos municipais será apresentado no dia 13, às 9h, na sede do COMDICA,
244 pela Escola de Conselhos de Pernambuco. Dito isto, o presidente pede para seguir com a pauta.
245 A secretária executiva Simone afirma que existem procedimentos administrativos abertos no
246 Ministério Público sobre o Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidados e Proteção
247 Social das Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência. O primeiro solicita
248 que seja enviado o resultado final das oficinas, o segundo pede as atas das reuniões da
249 coordenação e, por último, solicita esclarecimentos sobre o processo das adolescentes grávidas
250 na Rede de Proteção, diz Simone. A técnica Roberta afirma que no dia 09 de setembro foi
251 realizada a última reunião da coordenação executiva do comitê onde ficou deliberado que, de
252 forma presencial, seria construída a resposta do ofício para o MP. Roberta lembra que a
253 *Childhood Brasil* e *Freedom Found* já estão com os prazos extrapolados, visto que a data
254 prevista de entrega acordada foi dezembro de 2021. A técnica lembra que os consultores
255 responsáveis Goreth e Benedito não estão mais recebendo valores pelo projeto. Na próxima
256 sexta-feira, dia 14, às 14h, em formato presencial, é importante que toda a coordenação
257 colegiada esteja presente à reunião para deliberação dos procedimentos junto com a consultora,
258 diz Roberta. A conselheira Juliana afirma que o COMDICA é responsável pela estrutura e
259 funcionalidade do comitê. Houve uma perda de condução e é preciso retomar a dinâmica,
260 indica Juliana. É necessário cobrar um pouco mais dos representantes do município a
261 participação no comitê já que as cobranças só cai mais no colo das organizações da sociedade
262 civil, afirma a mesma. A conselheira Lourdinha diz que é preciso fechar as deliberações
263 quando existir paridade durante as reuniões do comitê e, também, procurar responder ao MP. A
264 técnica Aurely apresenta o resultado da avaliação realizada nos projetos de captação de
265 recursos feita pela Comissão de Avaliação e Monitoramento (Edital de Seleção nº 016/2021).
266 O período de validade das chancelas é de 18/10/2022 a 18/10/2023, podendo ser prorrogada
267 por mais 12 meses a pedido da instituição. Após avaliação externa de dois pareceristas, os
268 projetos apresentados são os seguintes: Jovens Inovadores da AACA (AACA) – Nota Final 7,3
269 - habilitado; Compassos: transformando vidas através da música (Movimento Pró-Criança) –
270 Nota Final 9,5 - habilitado; Trajetórias (Fundação Fé e Alegria) – Nota Final 9,3 - habilitado;
271 Portas pro Futuro (ARH) – Nota Final 8,45 - habilitado; Espaço Seguro e de Proteção (Casa
272 Menina Mulher) – Nota Final 8,2 - habilitado; Acolher (Associação Esportiva Mendes e
273 Bartholo) – Nota Final 6,4 – habilitado por média; Meu Plano para o Amanhã (Instituto
274 *Solidare* – Novo Ciclo) – Nota Final 8,6 - habilitado. A técnica coloca algumas observações
275 pertinentes. A primeira é que com a aprovação da autorização de captação, a Fundação Fé e
276 Alegria fica com duas chancelas ativas. A segunda é que o Instituto *Solidare* passa a ter uma



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, DIREITOS HUMANOS, JUVENTUDE E POLÍTICAS SOBRE DROGAS

277 chancela ativa para o segundo edital. O presidente Romero afirma que não cabe, neste
278 momento, ao conselho decidir sobre a questão do Projeto Acolher (habilitado por média) já que
279 a avaliação externa aponta notas distintas. O papel do conselho é devolver a proposta para a
280 entidade com as considerações apresentadas para que a instituição faça as adequações
281 necessárias, argumenta Romero. Ele lembra que o projeto não era nem para ter sido
282 apresentado. A técnica Aurely pondera que seria necessário fechar o processo com a
283 organização, já que o edital informa que a instituição pode, a qualquer momento, apresentar
284 outro projeto para captação de recursos. Ela alerta da possibilidade de abrir precedentes para
285 outras organizações. **Em regime de votação, o colegiado do COMDICA aprova a concessão**
286 **de chancelas e certificados de captação de recursos para as organizações proponentes**
287 **AACA, Movimento Pró-Criança, Fundação Fé e Alegria, ARH, Casa Menina Mulher e**
288 **Instituto Solidare. As representantes da Fundação Fé e Alegria e Casa Menina Mulher se**
289 **abstêm da votação. O presidente pede vistas para o Projeto Acolher, da Associação**
290 **Esportiva Mendes e Bartholo.** A devolução do Projeto Acolher deverá ser feita pelo
291 presidente à Comissão de Avaliação e Monitoramento. Dito isto, o presidente solicita que a
292 pauta siga com a fusão das comissões. O conselheiro Wellington propõe a fusão na logística de
293 algumas comissões com o intuito de fortalecer a participação, reduzindo em seis o número de
294 membros: três governo e três sociedade civil. Já para os grupos de trabalho, a proposta é
295 reduzir para quatro o número de membros, diz o conselheiro. A fusão será para otimizar tempo
296 e realizada nas comissões Sociopedagógica e de Políticas Públicas e, ainda, nas comissões
297 Jurídica e de Orçamento, diz Wellington. Diante da fusão, a secretária executiva Simone alerta
298 o colegiado para as demandas urgentes do conselho. A conselheira Hemi diz ficar reflexiva
299 com relação à fusão das comissões Sociopedagógica e de Políticas Públicas. A conselheira
300 Juliana entende a fusão como um esmagamento do conselho no que tange a demanda de tempo
301 para o controle social. Ela diz não entender a agenda de cada um como justificativa para a
302 fusão. Para tanto é importante trazer as suplências, afirma a conselheira. A mesma acrescenta
303 que é preciso observar se a medida fere o Regimento Interno. A conselheira Lourdinha afirma
304 que a proposta é fortalecer as comissões e otimizar o trabalho. A ideia é experimentar até
305 dezembro e depois fazer uma avaliação da participação, diz Lourdinha. O presidente afirma
306 que é necessário separar a demanda técnica profissional da participação dos conselheiros(as).
307 Ele diz que suplência é para a instituição e não para o conselho. O debate é sobre a agenda do
308 COMDICA, esclarece o mesmo. A proposta é que o debate siga para um outro momento.
309 **Informes Gerais** – A secretária executiva Simone informa que chegou outro ofício do Cedis
310 solicitando a indicação de um(a) conselheiro(a) em substituição a Eduardo Paysan. Simone
311 informa que o MP solicita que o COMDICA se posicione sobre cartilha da Fundação Abrinq
312 referente as funções dos conselhos municipais, com destaque ao Capítulo 5. O presidente
313 solicita que seja feito um ofício resposta às promotoras informando que, em razão das muitas
314 agendas do COMDICA, não está na pauta prioritária a demanda apresentada. A técnica Aurely
315 informa que o Tribunal de Contas realiza evento nos dias 03 e 04 de novembro do corrente ano
316 para que o COMDICA participe da mesa sobre a importância do controle social. O local será
317 formalizado, posteriormente, diz a técnica. A conselheira Lourdinha informa que a Casa
318 Menina Mulher participou do processo seletivo do Comitê de Participação de Adolescentes no
319 CONANDA e a adolescente Tainara Vitória ficou na titularidade do comitê representando a
320 casa. Não tendo nada mais que por si só mereça registro, o presidente agradece a participação
321 de todas e todos e encerra a reunião às 13h30.
322



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, DIREITOS HUMANOS, JUVENTUDE E POLÍTICAS SOBRE DROGAS

323 Recife, 11 de outubro de 2022

324

325

326

327 **Romero José da Silva**

328 *Presidente*

329

330

331 **Maria de Lourdes de Sousa**

332 *(Secretária / Casa Menina Mulher)*

333

334

335 **Wellington Bezerra Pastor**

336 *(Vice-presidente / Secretaria de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos*

337 *Juventude e Políticas sobre Drogas)*

338

339

340 **Marcos Mucarbel Júnior**

341 *(Conselheiro / Secretaria de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos*

342 *Juventude e Políticas sobre Drogas);*

343

344

345 **Rossana Tenório Cavalcanti**

346 *(Conselheira / Secretaria de Educação)*

347

348

349 **Maria do Socorro da Conceição Moura Pessoa**

350 *(Conselheira / Secretaria de Finanças)*

351

352

353 **Amanda Carolina Oliveira**

354 *(Conselheira / Fundação Fé e Alegria)*

355

356

357 **Germana Bezerra Suassuna**

358 *(Conselheira / Secretaria de Saúde)*

359

360

361 **Juliana Accioly Martins Nascimento**

362 *(Conselheira / Centro Dom Helder Câmara de Estudo e Ação Social-CENDHEC)*

363

364

365 **Manuela Soler de Lima**

366 *(Conselheira / Centro Dom Helder Câmara de Estudo e Ação Social-CENDHEC)*

367

368



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, DIREITOS HUMANOS, JUVENTUDE E POLÍTICAS SOBRE DROGAS

369 ***Hemi Monique Vilas Boas de Andrade***
370 *(Conselheira / Centro de Integração Empresa Escola de Pernambuco - CIEE)*



COMDICA